

Destaque

Cenário de redução do orçamento da PAC é "completamente inaceitável para Portugal"

Págs. 2 e 3



Governo prepara fim da proibição da rega nas vinhas da Região Demarcada do Douro

Pág. 7



Destaques

Viagem aos queijos de Herve com degustação de presunto de Ardenne

Págs. 4 e 5

Alterações climáticas e queda dos preços comprometem rentabilidade da fileira do azeite

Pág. 8

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Leite: alimento de excelência. E o queijo? E o iogurte?

Eu consumidora de lácteos me confesso. Não bebo leite, mas consumo queijo e iogurtes várias vezes ao dia, líquidos e sólidos, naturais, com e sem pedaços. Confio nas suas comprovadas propriedades nutricionais e sou das primeiras a defendê-las.

Isto dito, assumo que a campanha lançada em outubro passado para promover o leite através do testemunho de algumas figuras públicas - Custódia Gallego, Carla Chambel, João Sousa e Ricardo Guedes - não surtiu em mim qualquer efeito. O Presidente da República foi chamado – e bem - a dar a cara esta semana pela “excelência” do leite nacional. Mas, e o queijo? E o iogurte?

É certo que não posso medir o gosto dos portugueses pelo meu gosto e padrões de consumo. Mas dou por mim a pensar por que razão uma campanha de comunicação promove apenas o produto básico que é o leite e não pede aos mesmos protagonistas para degustarem publicamente umas fatias de queijo ou saborearem umas colheres de iogurte, com isso promovendo lácteos com idênticas propriedades nutricionais, mas com muito maior valor acrescentado.

Há seguramente consumidores que não gostam de leite, mas que, com um anúncio televisivo ou ‘outdoor’ às propriedades e aplicações culinárias do queijo e do iogurte, passariam a comprá-los ou a reforçar o seu consumo. Além de que fomentava-se o I&DI nas empresas e induziam-se os cidadãos a conhecerem novas marcas e gamas de produtos e a alargarem o seu leque de escolhas.

Os leitores saberão que um quilo de queijo incorpora cerca de 10 litros de leite e que os portugueses apenas consomem, em média, 10 a 11 quilos de queijo/ano. Ora, bastaria comunicar eficazmente o produto queijo - e o iogurte – para que o seu consumo crescesse e, com ele, aumentasse o volume de leite incorporado pela indústria e as estatísticas associadas aos laticínios se alterassem.

O retorno? Parece óbvio. A vários níveis. Todos, absolutamente todos os intervenientes na cadeia de valor – fornecedores dos fatores de produção, produtores de leite, industriais de laticínios, pequeno comércio e grande distribuição – lucravam.

E mais. Talvez se desse menos abandono da produção leiteira no país (há hoje apenas 5017 produtores de leite e um efetivo de 244 mil vacas leiteiras), o leite fosse melhor remunerado ao produtor (foi pago a 31,84 cêntimos em fevereiro) e a produção superasse as 1.864.602 toneladas de 2017 (1,3% da produção europeia).

Por fim, equilibrava-se a balança comercial, reduzindo as importações.

MINISTRO DA AGRICULTURA DIZ QUE É “POUCO REALISTA” PENSAR QUE O ORÇAMENTO DA PAC FICA DEFINIDO ATÉ ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS

Cenário de redução do orçamento da PAC é “completamente inaceitável para Portugal”

Esta é uma discussão ainda “muito preliminar” à volta do que será o futuro orçamento da Política Agrícola Comum (PAC) pós-2020 e pós-‘Brexit’, mas, aos poucos, as posições de cada Estado-membro da União Europeia começam a conhecer-se e a concertar-se. Ou talvez não.

Em entrevista à “Vida Económica”, o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural explica que a Comissão Europeia apresentou “três cenários”: um de manutenção do orçamento da PAC, um de redução de 30% e outro de redução de 15%. Tudo com o objetivo de “conduzir a negociação para um ponto intermédio”.

Ora, para Luís Capoulas Santos não há dúvidas: essa é “uma posição completamente inaceitável para Portugal”. O governante diz que “um excelente resultado” era conseguir “manter o orçamento comunitário agrícola” atual e, dentro dele, “a atual chave de repartição” dos fundos.



Luís Capoulas Santos, ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Como estão as negociações da PAC pós 2020 e a correlação de forças na UE para que o orçamento não sofra redução?

Luís Capoulas Santos – Esta é uma discussão ainda muito preliminar, uma vez que a Comissão apenas apresentará no próximo mês de junho uma proposta legislativa. E só aí, verdadeiramente, a discussão começará. De qualquer modo, a Comissão quis dar algumas linhas de orientação sobre qual pode ser o futuro e ouvir os Estados-membros antes de apresentar a sua proposta. Da discussão que houve até agora já podemos tirar algumas ilações: pretende-se dar mais subsidiariedade aos Estados-membros e a possibilidade de estes poderem ter decisões nacionais sobre algumas questões, nomeadamente sobre o primeiro pilar da PAC, que são basicamente os pagamentos diretos. Portanto, a Comissão sugere que os Estados-membros possam no futuro apresentar como que um programa que junte as medidas dos dois pilares, dando-lhes mais subsidiariedade e mais capacidade de decisão.

Numa primeira ronda negocial, a Comissão propunha, contudo, que, no primeiro pilar da PAC, que é atualmente financiado a 100% pela União Europeia, pudesse haver um cofinanciamento.

VE – E o senhor ministro que opinião é que tem sobre isto?

LCS – Temos de por em cima da mesa aquilo que são as principais preocupações. E nós próprios elaborámos um documento com as questões principais onde, basicamente, pedimos a manutenção de um orçamento tão próximo quanto possível do atual. Mas haverá que tomar posições e, como sabe, elas serão tomadas ao nível do Governo e do ministro das Finanças sobre como gizar a redução dos meios financeiros

que é obrigatória face à saída do Reino Unido. Mas defendemos também que continue a haver uma PAC com dois pilares e com uma chave de repartição similar àquela que temos neste momento. Queremos que continuem a ser dadas ajudas ao investimento. A PAC deve continuar a apoiar o investimento nas explorações e na agroindústria, queremos que continuem as elegibilidades para o regadio, para prosseguirmos o nosso programa nesta área e queremos que sejam reforçadas as elegibilidades no apoio à floresta, para que possamos executar a reforma da floresta. E estas questões são consensuais.

VE – Essas reivindicações são consensuais em Portugal. E os restantes países da União Europeia estão alinhados com a posição portuguesa?

LCS – Como lhe disse, ainda esta-

“Portugal, a França e a Espanha têm vindo a ter contactos para tentarmos concertar algumas posições”

mos numa fase preliminar da negociação, mas relativamente à qual alguns Estados-membros têm manifestado uma forte oposição. Por exemplo a que continue o mecanismo de convergência, isto é, aquele mecanismo que faz com que aqueles países que têm menos apoios médios por hectare possam ter um pouco mais no caminho da média enquanto outros que recebem acima da média devam reduzir. Também quanto à questão da componente ecológica é hoje consensual que uma das formas de legitimar o pagamento aos agricultores é demonstrar que os pagamentos que

os contribuintes fazem têm, para além da produção de alimentos, resultados ambientais positivos para toda a fileira. E resta saber como é que essa componente deve ser matizada de parte a parte. Enfim, podia continuar, mas, como lhe digo, as negociações ainda estão numa fase muito embrionária. Ela só começará a sério depois de conhecermos as propostas legislativas da Comissão e, aí sim, haverá uma negociação muito forte de junho em diante.

VE - No início de fevereiro foi tornado público que Portugal, Espanha, França e Itália iriam ter posição comum em relação à PAC. Estes três países estão de acordo com Portugal relativamente as estas matérias?

LCS – Eu nunca disse isso. O que disse é que Portugal, a França e a Espanha temos vindo a ter contactos para tentar

concertar algumas posições. Nada nos diz que, depois de a Comissão apresentar a sua proposta, todos tenhamos os mesmos pontos de vista sobre todos os assuntos. O que há, neste momento, é questões fundamentais que hoje podem ser discutidas, como o financiamento global da PAC, a questão do cofinanciamento do primeiro pilar ou a questão da existência de dois pilares ou sobre o POSEI [regime de medidas específicas para a agricultura a favor das regiões ultraperiféricas da União Europeia]. Sobre estas questões houve até um encontro.

VE – Um encontro nas ilhas Canárias. LCS – Exatamente. E que foi dedicado às questões da agricultura nas regiões ultraperiféricas da União Europeia. Nós temos vindo a trocar opiniões.

VE – E sobre estas matérias, estes países estão de acordo com Portugal?

LCS – Em termos genéricos e relativamente às questões que acabei de lhe dizer – as orçamentais ou das elegibilidades –, sim, há um acordo entre estes Estados-membros. Como anteriormente temos mantido estes contactos e também até ao nível de diretores-gerais, que assumem responsabilidades na área da política europeia. Ao nível dos diretores-gerais, a Itália também se juntou a esta posição e temos procurado encontrar zonas de consenso. De qualquer forma, devido às eleições em Itália, há questões de fundo que não são para um governo de gestão.

Agora, como sabe, esta é uma negociação de geometria variável, em que é necessário encontrar aliados sobre questões essenciais numa primeira fase e sobre questões pontuais em fases subsequentes. Como pode haver questões de detalhe que interessam a um Estado-membro e que entram em contradição com outro. Aliás, neste último Conselho, entrou-se numa contradição insanável entre nós e a Grécia, por exemplo.

VE – Porquê?

LCS – Porque a Grécia está totalmente contra qualquer processo de convergência nos apoios e Portugal está totalmente a favor. Compreende-se porquê. A Grécia tem ajudas por hectare médias muito elevadas e, se houver um processo de convergência, passará a receber menos para que outros Estados-membros com médias mais baixas possam receber mais. E, portanto, esse é um ponto em que estamos em total oposição, o que não quer dizer que, noutras questões, como o regadio, por exemplo, não estejamos em total convergência. Ora, isto quer dizer que este é um processo de geometria variável, em que se obterão melhores ou piores resultados consoante as alianças circunstanciais que, ao longo do processo, se forem conseguindo obter.

VE – Mas está otimista?

LCS – Eu estou sobretudo realista, porque estamos num contexto em que sabemos que a questão fundamental é a do orçamento comunitário. Não será uma decisão de ministros da Agricultura, será uma decisão de chefes de Estado e de governo e que passará também pelo conselho de ministros das Finanças, sobre a qual os ministros da Agricultura têm uma opinião. E essa opinião é obviamente favorável à manutenção do orçamento atual. Não é crível haver um orçamento superior. Seria completamente irresponsável. Aliás, a Comissão apresentou três cenários: um cenário de manutenção do orçamento da PAC, um de uma redução de 30% e um com uma redução de 15%. É óbvio que a apresentação destes cenários visa conduzir a

negociação para um ponto intermédio, o que é uma posição completamente inaceitável para Portugal. Já tive ocasião de o referir. Agora, o orçamento da Agricultura será aquele que vier a ser definido ao nível dos chefes de Estado e de governo. Mas não é indiferente para a Agricultura ter mais ou menos dinheiro. De qualquer modo, era um excelente resultado se conseguíssemos manter o atual orçamento comunitário agrícola e se, dentro desse orçamento, Portugal conseguisse a atual chave de repartição. São esses objetivos que norteiam a nossa posição neste momento.

VE – Dados avançados à “Vida Económica” em março de 2017 pelo Gabinete de Políticas e Planeamento (GPP) do seu Ministério indicavam que Portugal deverá receber menos 95,8 milhões de euros por ano (-7,2% face à receita atual) da PAC a partir de 2020, fruto da diminuição nos pagamentos de fundos que derivam da redução de 8364 milhões de euros nas receitas da UE causadas pela saída do Reino Unido da UE (‘Brexit’). É assim?

LCS – Não, não é verdade. Vamos lá ver: o contributo líquido do Reino Unido para o orçamento comunitário é na ordem dos 10 mil milhões de euros por ano. E o contributo do Reino Unido para a PAC anda na ordem dos 3000 milhões de euros anuais. Quer isto dizer que, se o orçamento ficasse tal como está e se apenas aplicássemos o impacto da saída do Reino Unido, a PAC teria menos 3000 milhões de euros por ano. Portanto, se quisermos manter o orçamento a este nível, terá de ser encontrada uma solução de financiamento que compense esta redução.

VE – 3000 milhões no total da UE?

Primeiro pilar representa 76,6% do orçamento da PAC e é financiado a 100%

O orçamento da PAC para 2014-2020 representa cerca de 38% do orçamento global da UE. O montante total das despesas da PAC para esse período de sete anos é de 408,31 mil milhões de euros.

A repartição entre os dois pilares da PAC (em dotações de autorização) é a seguinte: primeiro pilar: 76,6% do orçamento da PAC, correspondentes a 29% do orçamento da UE, ou seja 312,74 mil milhões de euros; segundo pilar: 23,4% do orçamento da PAC, correspondentes a 9% do orçamento da UE, ou seja 95,58 mil milhões.

As fontes de receita do orçamento europeu são as seguintes:

- recursos próprios tradicionais, principalmente direitos aduaneiros e quotas sobre o açúcar;
- recursos próprios baseados no IVA;
- recursos próprios baseados no rendimento nacional bruto (RNB), que abrange as despesas que não são financiadas pelos outros tipos de receitas;
- outras fontes, como os impostos so-

“Numa primeira ronda negocial, a Comissão propunha que, no primeiro pilar da PAC, que é atualmente financiado a 100% pela União Europeia, pudesse haver um cofinanciamento”

LCS – Sim, 3000 milhões a menos no total do orçamento comunitário.

VE – Mas quando o questioneie sobre o montante de 95,8 milhões de euros por ano, essa verba seria a redução para Portugal. Foi o valor que o GPP referiu na altura.

LCS – Não tenho agora esse valor de memória, é uma questão de fazer contas. Mas esse número parece-me manifestamente exagerado, porque se nós temos 1000 milhões por ano no orçamento anual da Comissão, que é de 78 mil milhões, se retirar 3000 milhões, não me parece que o impacto seja esse. Se o impacto da saída do Reino Unido significa 10 mil milhões de euros por ano a menos no orçamento comunitário, cerca de um terço é para a PAC - 3000 milhões – e Portugal recebe anualmente cerca de 1200 milhões de um orçamento anual agrícola de cerca de 75 mil milhões.

VE – Ouvi umas declarações recentes suas dizendo que ia exigir que o orçamento da PAC não ficasse completamente fechado antes das eleições europeias.

LCS – Vamos ser rigorosos. Eu nunca disse que ia exigir. Eu apenas emiti a minha opinião. Não sou eu que vou determinar o calendário dos chefes de Estado e de governo. A Comissão manifestou uma opinião de que gostava de

ter fechada a questão do orçamento e da PAC até às eleições europeias [que decorrerão entre 23 e 26 de maio de 2019], isto é, até fevereiro de 2019.

VE – Fevereiro?

LCS – Sim, porque a Comissão Europeia para ter a negociação fechada e em co-decisão tem de ter as decisões do Parlamento Europeu no fim de fevereiro, porque em ano eleitoral [a partir dali] praticamente deixa de funcionar. Aliás, o orçamento tem de ser apresentado no princípio de maio, que é o que a Comissão anunciou, o comissário da agricultura apresentará as propostas em junho. Ora, para ter um processo e outro concluído antes das eleições do Parlamento Europeu, no limite até ao mês de março do ano que vem, porque em abril já se está em campanha eleitoral e o Parlamento de férias.

VE – E o senhor ministro é favorável a que o orçamento da PAC não fique fechado até lá?

LS – Ouça: primeiro, parece-me que, no caso da PAC, não só é desejável [que não fique fechado], como não é possível. Existem procedimentos próprios no mecanismo da co-decisão. Tem de haver decisões dos ministros, tem de haver decisões do Parlamento e dos chamados trilogos entre o Parlamento e a Comissão. Este é um processo que, na última

reforma [da PAC], demorou três anos. Pensar que ele agora se faz em seis meses sem alterar o Tratado e as regras parece-me difícil. Por isso manifestei a minha opinião, dizendo que achava que concluir a negociação da PAC [antes das eleições europeias] era muito difícil. Diria que quase impossível. E a minha opinião era que as regras se definissem posteriormente e defendi em Bruxelas que houvesse um período de transição de dois anos em que se aplicassem as regras atuais até que o novo modelo estivesse concluído para permitir uma negociação de forma serena. Porque se houver alterações na arquitetura da PAC, elas também não se implementam de um dia para o outro. Basta ver o que aconteceu na última reforma, em que em todo o ano de 2014 não houve execução.

VE – Então, o que é que defende exatamente?

LCS – O que eu defendo é que se defina o orçamento da União Europeia, se defina o orçamento da Agricultura e que as regras de aplicação sigam o processo normal e que, enquanto não estiver finalizada a negociação, se aplique um período transitório que eu defendo que seja de dois anos e que a Comissão já admitiu que possa ser de um ano.

VE – E esta sua posição tem acolhimento entre os demais Estados-membros?

LCS – Eu penso que as circunstâncias, o pragmatismo e os procedimentos que estão em vigor funcionarão a meu favor. Uma visão diferente é uma visão pouco realista. De qualquer modo, admito que possam alterar-se os procedimentos. No entanto, tenho sérias dúvidas, porque isso implica consenso no Parlamento e consenso no Conselho.

Efeito “Brexit” na atribuição de fundos europeus a Portugal 2020-2027

FUNDOS RECEBIDOS	Valores (milhões de euros)	%	EFEITO BREXIT (redução de 7,2% de fundos mantendo as contribuições dos EM)	
			Total	Variação
Política de Coesão	2978,2	65,21%	2763,7	-214,4
PAC	1330,1	29,12%	1234,3	-95,8
• Pagamentos diretos (FEAGA)	637,1	13,95%	591,3	-45,9
• Medidas de mercado e outras (FEAGA)	109,0	2,39%	101,2	-7,8
• Desenvolvimento rural (FEADER)	583,9	12,79%	541,9	-42,0
• outros fundos	258,8	5,67%	240,2	-18,6
Total	4567,1	100,00%	4238,2	-328,8

*** redução nos pagamentos de Fundos resultante da redução de 8364 milhões de euros da UE pelo Brexit
Fonte: GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) do MAFDR.

COMISSÃO EUROPEIA QUER ENCURTAR PARA UM ANO O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DOS PRODUTOS COM IGP OU DOP

Produtos com Indicação Geográfica na UE valem 54,3 mil milhões de euros

TERESA SILVEIRA, EM BRUXELAS*
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Os últimos dados da Comissão Europeia compilados até fevereiro de 2018, mostram que há 3355 produtos oriundos de países da União Europeia com Indicação Geográfica (IG), seja com Indicação Geográfica Protegida (IGP) ou Denominação de Origem Protegida (DOP). E há ainda as especialidades tradicionais garantidas.

A maioria (52%) dos produtos IG na UE são vinhos, estando registados 460 nomes. Itália é o país com maior número de vinhos com IG (129), seguido da Grécia (129), da França (75), da Espanha (45) e da Alemanha (26). Portugal possui apenas 10.

Das restantes IG, 40% são outros produtos alimentares e 8% são bebidas espirituosas. Há, por fim, cinco produtos vitivinícolas aromatizados, sem qualquer expressão em termos percentuais.

Em valor, os últimos dados sistematizados são referentes a 2010, mas revelam que o montante das vendas de produtos oriundos de países da União Europeia com IG provenientes de todas as categorias (agrícolas, vinhos, vinhos aromatizados e bebidas espirituosas) ascendeu, nessa data, aos 54,3 mil milhões de euros. Um montante que representa perto de 6% do setor agroalimentar e de bebidas da UE. Aliás, 15% dos alimentos e bebidas exportados da UE para países terceiros eram produtos com IG.

Ciente da importância crescente dos produtos IG na economia da UE e das regiões envolvidas, a Comissão Europeia quer, não só manter, mas reforçar a aposta no registo de produtos com selo IGP ou DOP. A prová-lo está a intenção de encurtar de forma significativa – para cerca de um ano – o período de análise e de concessão do selo IGP ou DOP. Isso mesmo foi transmitido em março por responsáveis da DG-AGRI (entidade responsável pelas políticas da Comissão Europeia relativas à agricultura, ao desenvolvimento rural e à Política Agrícola Comum), durante um encontro com jornalistas europeus, em Bruxelas. Descobri-se, no entanto, qual é

o calendário para a entrada em vigor destes novos procedimentos ou, sequer, se serão implementados antes das próximas eleições europeias, que decorrerão entre 23 e 26 de maio de 2019.

Atualmente, os requerimentos que chegam aos serviços da Comissão para atribuição do selo IGP ou DOP e que não suscitam qualquer oposição

confere “uma ampla proteção aos nomes registados e funciona como um direito de propriedade intelectual sobre os produtos com uma origem geográfica específica e com qualidades ou uma reputação que são devidas a essa origem”, diz a Comissão Europeia.

Por outro lado, está provado que as IG aumentam os



O ‘Pão de Ló de Ovar’ recebeu em agosto de 2016 a designação de Indicação Geográfica Protegida (IGP), atribuída pela Comissão Europeia. É um produto de pastelaria cujas origens remontam a 1877. É confeccionado à base de ovos, sobretudo gemas, açúcar e farinha. Apresenta-se dentro de uma forma revestida com papel branco, com o formato de uma ‘broa’ de massa leve, cremosa, fofa e de cor amarela designada por ‘l’ó’, com uma fina cêdea acastanhada dourada levemente húmida e o interior de textura húmida designado como ‘pito’. É confeccionado no concelho de Ovar, nas freguesias de Esmoriz, Cortegaça, Maceda, Arada, Ovar, S. João, S. Vicente e Válega.

demoram entre oito a 30 meses até serem deferidos. A média está em 24 meses. Já os requerimentos que merecem oposição por parte da Comissão e têm de ser reformulados demoram, em média, 42 meses, ou seja, três anos e meio até serem deferidos. Aliás, 30% dos processos permanecem em análise nos gabinetes da Comissão Europeia mais de dois anos e 11% desses processos mais de três anos.

Uma coisa é certa: a chancela IG, seja ela IGP ou DOP,

rendimentos dos agricultores e produtores de bens alimentares. E ajudam a fixar as populações de zonas remotas ou menos favorecidas, ao mesmo tempo que promovem a economia rural das respetivas regiões. Os nomes registados com IG gozam de proteção contra eventuais utilizações abusivas e imitações, garantido maior segurança e maior retorno económico aos seus proprietários.

* A jornalista viajou a convite da Comissão Europeia.

A “VIDA ECONÓMICA” VISITOU TRÊS UNIDADES INDUSTRIAIS DE PRODUTOS COM INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) NA VALÓNIA

Viagem aos queijos de Herve com degustação de presunto de Ardenne

TERESA SILVEIRA, NA VALÓNIA*
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Madeleine Hanssen é destemida. Estatura mediana, olhos esbugalhados, visão periférica, mãos ágeis com pele seca habituada às baixas temperaturas e à rudeza da vida rural entre as vacas e as ovelhas e a queijaria artesanal, voz a(l)tiva, gestos determinados, passo apressado e coração ululante. Eis a sócia-gerente da Fromagerie du Vieux Moulin, em Herve, na Valónia, região francófona do sul da Bélgica.

A produtora de queijo Herve não olha ao politicamente correto, nem espera por certas perguntas. Sabe que o grupo de 20 jornalistas de outros tantos países da União Europeia que, ao fim da manhã lhe entra pela porta dentro está a regressar de uma visita a outra fábrica de queijo localizada a escassas dezenas de quilómetros da sua exploração e trata logo de separar as águas. Ou melhor, o leite. É que a fábrica concorrente opera com leite pasteurizado e Madeleine faz questão de avisar: “Nós só trabalhamos com leite cru. A pasteurização é má para o produto final. O leite industrializado não é saudável, é um leite sem valor”. Diz mesmo que devemos voltar à “alimentação tradicional” e “abandonar a industrialização”.

Depois declara: “Primeiro procuramos a qualidade e só depois a rentabilidade”, garantindo que paga cada litro de leite aos três produtores com quem trabalha a 45 centimos. “Pagamos a todos o mesmo preço, temos de remunerar bem o produtor para que possa ter qualidade de vida”, diz. A sua unidade opera, aliás, de acordo com os princípios do movimento internacional ‘Slow Food’, fundado em Itália por Carlo Petrini, que visa a promoção de uma alimentação consciente e responsável com base na defesa da biodiversidade e sustentabilidade e nos princípios do ‘Bom, Limpo e Justo’.

Queijo Herve remonta ao século XIII

O Herve é um queijo de pasta mole, de crosta lavada, obtido a partir de leite de vaca cru ou pasteurizado. As suas origens remontam ao século XIII, temos num desdobrável preparado pela Associação do Queijo de Herve, que agre-

ga 12 membros, entre eles La Fromagerie du Vieux Moulin, de Madeleine Hanssen, e o Fromagerie Herve Societé, as duas unidades queijeiras que a “Vida Económica” visitou.

Este queijo, que se destaca pelas técnicas de fabrico e características únicas do clima e das pastagens da região, é fabricado segundo os processos tradicionais de Herve, apresenta uma forma cúbica ou paralelepípeda e um teor de matéria gorda de pelo menos 45%. O processo de cura oscila entre quatro a sete/oito semanas. A área geográfica de produção e maturação é delimitada a sul pelas regiões de Vesdre e de Ourthe, a oeste pelo rio Meuse, a norte pela fronteira holandesa e a leste pela fronteira alemã.

Madeleine Hanssen e o marido, Philippe Polinard, são a terceira geração de fabricantes de queijo Herve em modo artesanal. E a única queijaria da região que opera com leite cru. Entre os vários produtos, um tem o selo de Denominação de Origem Protegida (DOP) atribuído pela Comissão Europeia em 1996. Cada 200 gramas de queijo precisam de 1,8 litros de leite e a unidade opera quatro dias por semana. Fabrica entre 25-30 toneladas de queijo Herve (DOP) por ano e a esmagadora maioria da produção (90%) é para consumo no país. O restante é exportado para Alemanha e França.

O icónico presunto de La Roche en Ardenne

Com origem no século XIII, a unidade industrial Fromagerie Herve Societé processa 15 milhões de litros de leite pasteurizado por ano, oriundos de 25 explorações cujas vacas se alimentam de pastagem “pelo menos 180 dias por ano”. Opera cinco dias por semana oito a 10 horas por dia entre as 06 da manhã e as 18 horas, explicou à “Vida Económica” o diretor de marketing e I&D, Francis Bebronne. Fabrica anualmente 2300 toneladas de queijo Herve que vende quase todo (95%) para o mercado belga. As exportações (5%) vão para a Holanda, Alemanha, Itália e Canadá e orgulham-se de ser “o número um” em queijo com Denominação de Origem Protegida (DOP) no país.

Na despedida das duas fábricas de Herve com queijos DOP, um sol radioso e uma estrada descendente serpenteada ao

longo de dezenas de quilómetros de densa e cuidada floresta levar-nos-ia ao vale do rio Ourthe. Lá entrámos numa das mais antigas unidades de transformação de carne da vila onde é preparado o icónico presunto de porco com Indicação Geográfica Protegida (IGP) La Roche en Ardenne.

Fundada em 1955 por Michel Bouillon, a Maison Bouillon & Fils é uma empresa familiar

hoje gerida pelo filho, Philippe, que se derrete em acolhimento e simpatia. Alto, postura simples, mãos rudes do trabalho e roupa a condizer, é, porém, um empresário multilingue e com olho para o negócio.

A carne, comprada a dois fornecedores, é cortada e aparada no local. E temperada com sal grosso e salmoura aromatizada, ficando em maturação até cada presunto obter

o seu sabor. Segue-se a fumaça no interior de uma câmara, onde é colocada serradura de faia e carvalho misturada com bagas de zimbro selvagem. Esta mistura é inflamada e queimada lentamente, sem chama, produzindo-se uma fumaça que dá a cor dourada e o aroma característico. A secagem ao ar e o tempo aperfeiçoam o presunto.

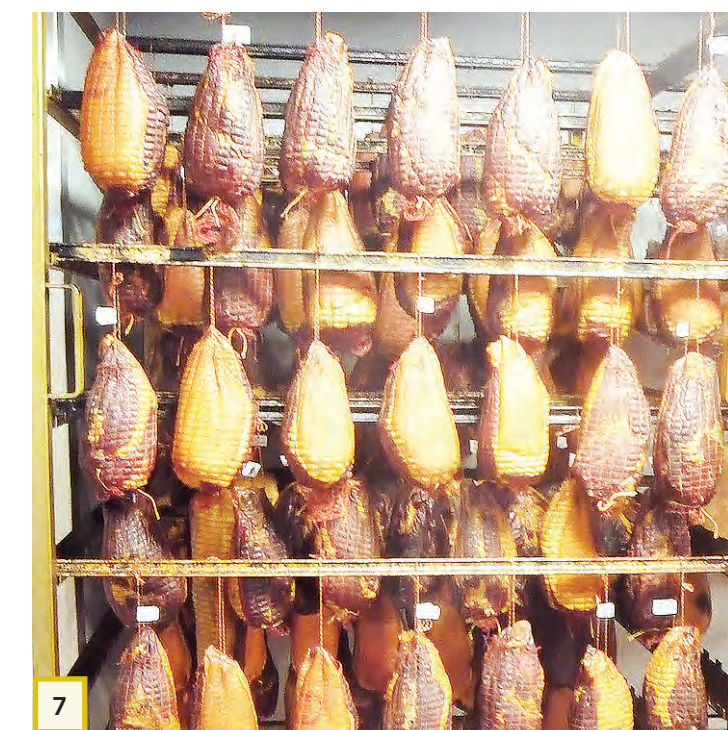
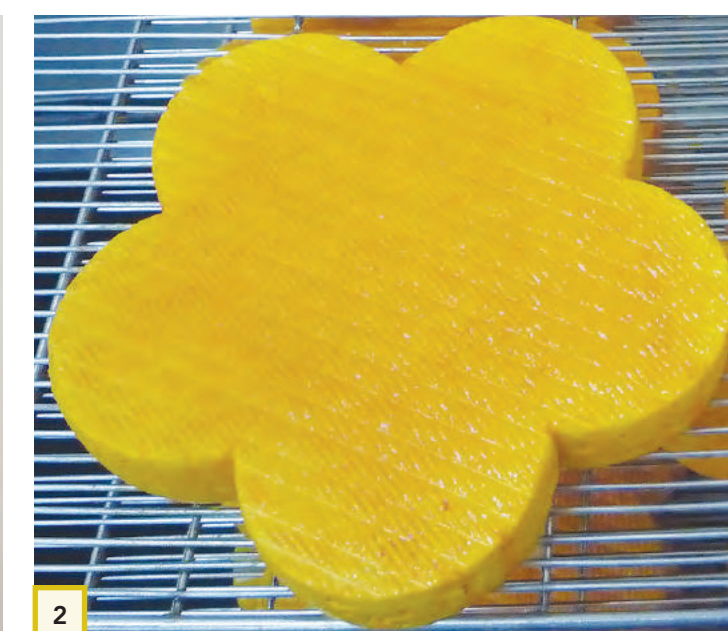
Entre a variada gama de

produtos que fabrica, o presunto da Ardenne da Maison Bouillon & Fils está certificado como IGP desde 1996, do qual produzem mais de 6000 peças por ano. A salsicha d’Ardenne está certificada com IGP desde 2017, dela fabricando cerca de 30 toneladas por ano.

Apaixonado pela atividade, Philippe Bouillon é vice-presidente da Associação dos Produtores de Ardenne

Ham (AUDESA) e presidente da Federação de Açougues da Província do Luxemburgo, na Bélgica. Garante que “há muita gente que depende desta atividade para viver” e que o benefício que retira das certificações IGP é só um: “Quando se compra e vende local é a economia local que ganha”.

* A jornalista viajou a convite da Comissão Europeia.



- 1 – Francis Bebronne, diretor de marketing & ID, da Herve Societé, Herve.
- 2 – Queijo Herve.
- 3 – Queijo Herve.
- 4 – Madeleine Hanssen, herdeira e atual sócia-gerente da Fromagerie du Vieux Moulin.
- 5 – O queijo da Fromagerie du Vieux Moulin é produzido a partir de leite cru (não submetido a pasteurização).
- 6 – Philippe Bouillon, sócio-gerente da Maison Bouillon & Fils, La Roche en Ardenne.
- 7 – Presunto fumado de La Roche en Ardenne.

FIPA quer mais patentes no agroalimentar



Jorge Henriques, presidente da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Portugal ocupa o 35º lugar no 'ranking' das patentes europeias, o que reserva espaço para uma evolução", garante à "Vida Económica" o presidente da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares.

Questionado sobre os dados de 2017 revelados pelo Instituto Europeu de Patentes (IEP) quanto a Portugal, Jorge Henriques explica que "existem vários tipos de patentes aplicadas à indústria alimentar nos seus mais distintos aspetos". E que "as possibilidades que oferece a investigação, desenvolvimento e inovação neste setor são muito variadas", desde os processos de fabrico à preparação dos alimentos, passando pelas matérias-primas até ao produto final e embalagens.

Por isso, para o presidente da FIPA não há dúvidas: é "importante aumentar o registo de patentes no setor, para evitar cópias ou imitações". E a associação que lidera, garante, "tem estado atenta a esta vertente, que, efetivamente, ainda não está muito enraizada" entre as empresas.

De acordo com o relatório anual de 2017 da organização 'FoodDrink Europe', a indústria alimentar e de bebidas agrega mais de 289 mil empresas (10 996 em Portugal), contribui com 1,7% para o valor acrescentado bruto da UE, empregando 4,24 milhões de pessoas na Europa (107,5 mil em Portugal), ou seja, 15% do emprego gerado pela indústria no seu conjunto.

Em Portugal, o volume de negócios da indústria agroalimentar foi, em 2016, de 15 604 milhões de euros. Em 2017 rondou os 16 mil milhões. As exportações em 2016 cifraram-se em 4 447 milhões de euros e, em 2017, em 4 867 milhões. Jorge Henriques realça que se tem "verificado um crescimento significativo nas exportações para os EUA, Polónia e China".

PRESIDENTE DO IEP DIZ QUE "AS EMPRESAS EUROPEIAS [DO AGROALIMENTAR] ASSUMEM "POSIÇÃO DE LIDERANÇA"

Pedidos de patentes na área da 'Química Alimentar' aumentam 6%

Portugal registou menos 5,7% de pedidos de patentes em 2017. O principal motivo, explica o Instituto Europeu de Patentes (IEP), foi o facto de a Nova Delta, a empresa responsável pela torrefação, empacotamento e comercialização do grupo de Rui Nabeiro, ter estado menos ativa no ano passado.

Mas esta não é a tendência na Europa. Nem, até, no mundo. Questionado pela "Vida Económica", Benoit Battistelli, presidente do IEP, revela: "os pedidos de patentes na área de 'Química Alimentar' - o campo técnico onde as empresas agroalimentares se inserem - aumentaram 6% no IEP em 2017. As empresas dos EUA representaram 19% desses pedidos, as do Japão 6% e as de outros países 7%. Quanto às empresas europeias, essas, diz, assumem "uma posição de liderança neste campo".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Qual é o desempenho da indústria agroalimentar na Europa em matéria de desenvolvimento e aplicação de novas patentes?

Benoit Battistelli - De acordo com as nossas últimas estatísticas, os pedidos de patentes na área de 'Química Alimentar' - o campo técnico onde as empresas agroalimentares se inserem - aumentaram 6% no IEP em 2017 [1643], embora não tenham atingido o nível máximo de 2015 [1710].

As empresas europeias têm uma posição de liderança neste campo: para pedidos de patentes na área da 'Química Alimentar', as empresas europeias (dos 38 Estados-membros do IEP) representaram 68% de todas as candidaturas. As empresas dos EUA responderam por 19%, as do Japão por 6% e as de outros países por 7%. Os suíços e os holandeses são particularmente inovadores quando se trata de tecnologias agroalimentares: só a Suíça foi responsável por 16% do total



Benoit Battistelli, presidente do Instituto Europeu de Patentes.

de pedidos no IEP em química de alimentos no ano passado e a Holanda por 14%. Portanto, juntos, representaram quase 45% da participação da Europa em pedidos de patentes neste campo.

Há uma alta concentração neste setor com três países: EUA (19%), Suíça (16%) e Holanda (14%), que respondem

VE - E qual será o impacto do 'Brexit' no sucesso da Patente Única Europeia (PUE)? O Reino Unido tem de a ratificar para que seja implementada?

BB - O pacote de patentes unitárias, que compreende a Patente Única Europeia e o Tribunal Unificado de Patentes, está em vias de ser implementado. Um mínimo de 13 Esta-

"O Reino Unido precisa de ratificar o acordo do Tribunal Unificado de Patentes para que o sistema de Patente Única Europeia se torne efetivo"

por 49% de todos os pedidos de patente no IEP neste campo. Aliás, vimos exemplos de inovações europeias extraordinárias no setor agroalimentar entre os finalistas do 'European Inventor Award' nos últimos anos.

VE - Como sabe, o Reino Unido votou a favor do 'Brexit'. Qual será o impacto desta decisão no IEP?

BB - O Brexit não terá nenhum impacto sobre a adesão do Reino Unido à Organização Europeia de Patentes por uma razão muito simples: o IEP não é uma agência da UE, mas uma organização internacional independente, da qual o Reino Unido é um membro fundador.

dos - incluindo o Reino Unido, França e Alemanha - deve ratificar o acordo sobre o Tribunal Unificado de Patentes antes que o sistema da Patente Única Europeia possa entrar em vigor. Todos os países já assinaram os dois regulamentos da UE que estabelecerão a Patente Única Europeia como tal e o regime linguístico aplicável. No entanto, o Tribunal Unificado de Patentes baseia-se num tratado internacional que os Estados membros da UE precisam de ratificar nos seus parlamentos nacionais. Os Estados membros da UE concordaram que o sistema de Patente Única Europeia só pode entrar em vigor depois de as ratificações necessárias

do acordo do Tribunal Unificado de Patentes terem sido alcançadas. Então, sim, de facto, o Reino Unido precisa de ratificar o acordo do Tribunal Unificado de Patentes para que o sistema de Patente Única Europeia se torne efetivo.

VE - Quando é que a Patente Única Europeia será uma realidade? Em 2018? O que é que falta?

BB - O progresso do dossier da Patente Única Europeia tem sido encorajador e positivo, apesar da discussão à volta do 'Brexit' em 2017. Até agora, 15 países ratificaram o acordo do Tribunal Unificado de Patentes, incluindo a França [e Portugal]. Ainda falta a finalização das ratificações do Reino Unido e da Alemanha. A ratificação no Reino Unido progrediu ao longo de 2017 e está quase concluída. Poderemos ter notícias positivas em breve. Na Alemanha, o projeto de lei foi aprovado no Parlamento, mas foi contestado por um indivíduo junto do Tribunal Constitucional. O Tribunal ainda está a considerar a admissibilidade dessa contestação. O IEP aguarda com expectativa a decisão do Tribunal nos próximos meses.

Da parte do IEP, concluímos o trabalho preparatório já em 2015 e estamos prontos para implementar a Patente Única Europeia. Estou confiante que será encontrado o caminho para um acordo entre a UE e o Reino Unido para implementar o novo sistema, apesar das incertezas em torno do 'Brexit'. O início do novo sistema está previsto para o final de 2018 ou início de 2019.

VE - O próximo presidente do IEP será o português António Campinos, que vai certamente enfrentar alguns desafios. Que conselhos lhe dá?

BB - Estou muito satisfeito por os Estados membros terem eleito António Campinos para ser o próximo presidente do IEP. É uma excelente escolha, pois a sua experiência em Direito da Propriedade Intelectual [é atualmente o diretor executivo do Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO)] é reconhecida e altamente valorizada.

PRESIDENTE DO IVDP REVELA À “VIDA ECONÓMICA” QUE A ALTERAÇÃO À LEI FICARÁ CONSENSUALIZADA “AINDA ESTE SEMESTRE”

Governo prepara fim da proibição da rega nas vinhas da Região Demarcada do Douro

As alterações climáticas e a seca extrema porque Portugal passou nos últimos dois anos, com especial incidência em 2017, estão a preocupar os produtores do Douro. Ciente disso, o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), tutelado pelo Ministério da Agricultura, está a preparar uma alteração ao artº 10º do decreto-lei 173/2009, de 3 de agosto, que prevê que, na Região Demarcada do Douro (RDD), “a rega da vinha só pode ser efetuada em condições excecionais e apenas para obstar a situações extremas de défice hídrico, reconhecidas pelo IVDP, que possam pôr em causa o normal desenvolvimento fisiológico da videira”.

Em entrevista à “Vida Económica”, Manuel Novaes Cabral, presidente do IVDP, revela que a medida deve ficar consensualizada no Conselho Interprofissional “ainda este semestre”. E assume que “a grande preocupação é a preservação do património vitivinícola da RDD”, assim como “a melhoria das condições económicas de todos os intervenientes na cadeia de produção”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Portugal viveu nos últimos dois anos, especialmente em 2017, um período de seca. Uma parte substancial das plantações de vinha na RDD ainda não tem sistemas de rega implantados, ou seja, tem de ficar à mercê da chuva que cair. Que reflexos é que isto tem na quantidade e na qualidade da produção de vinho e na evolução da situação para futuro?

Manuel Novaes Cabral – Nós saímos de um ano – 2016 – com uma quebra sensível da produção. E, o ano passado, com o clima muito seco a que assistimos, estava toda a gente com receio daquilo que iria acontecer. E o que é que aconteceu? Houve um aumento da produção relativamente ao ano anterior. Não foi um aumento tão grande como o projetado a meados do ano, mas o curioso é que a produção de 2017 situou-se na média dos últimos 10 anos em termos de quantidade de uva produzida e do consequente mosto e vinho. E com uma qualidade excepcional. Agora, efetivamente, tivemos um ano muito seco e toda a gente está preocupada com as alterações climáticas.

VE – Na fruticultura os produtores dizem que os verdadeiros efeitos da seca de 2017 só se sentirão na produção de 2018. No vinho irá acontecer o mesmo?

MNC – Eu não sou especialista nesta área. Só lhe posso transmitir aquilo que oíço. Não ouvi ainda ninguém dizer isso. Mas há que dizer várias coisas. Primeiro: a vinha é uma planta que não apenas se aguenta, mas que produz bem e com qualidade em circunstâncias difíceis. Na lava ou na pedra, por exemplo. O maior vinhedo da Europa, em Castilla La Mancha, na Península Ibérica, se não fos-

se a vinha, seria um deserto e com tendência para alargar. Isto está estudado. E só a vinha é que permite não ter ali uma mancha desértica e manter atividade económica, ou seja, manter pessoas na região. Portanto, a vinha tem uma enorme resistência. Mas não resiste a tudo.

Disse que há muitas vinhas que não têm rega. Eu posso fazer a leitura exatamente ao contrário, ou seja, cada vez há mais vinhas com rega aplicada. Repare, desde final dos anos 80, com o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM), financiado pelo Banco Mundial, mais de 50% da vinha da RDD foi reconvertida e houve muitas plantações novas. Nessas, o VITIS financia a aplicação de sistemas de rega.

VE – Mas dispor de sistemas de rega instalados não significa só por si ter acesso à água. É necessário, ou ter água armazenada em barragens, ou que haja água no subsolo que possa ser captada.

MNC - Diz e muito bem – e nós estamos preocupados e a trabalhar nisso - que não é apenas preciso ter o sistema de rega, mas ter a água para fazer a rega. E onde se vai buscar e qual é a água utilizada para a rega é

no sentido de adequar a lei àquilo que são as necessidades atuais da vinha no contexto das alterações climáticas.

VE – Quando diz ‘ainda neste semestre’, conta ter a situação debatida ou ter já a legislação publicada?

MNC – O que é da minha competência direta é debater o assunto na região. Se temos um Conselho Interprofissional e acreditamos no interprofissionalismo e assumimos que as decisões devem

ser tomadas por quem está no terreno – produção e comércio, tal como está legalmente previsto -, a minha obrigação é fazer propostas e tomar decisões ao nível da re-

atentos ao que se passa. Temos os fiscais todos os dias no terreno em toda a RDD. E conhecemos a realidade. O benefício exige essa atuação. Evidentemente que, em certos momentos, há uma pressão maior da produção e do comércio. O nosso papel é ser o fiel da balança em relação aos vários interesses na região: na plantação, na adega, nos vinhos, na comercialização.

VE – Qua o é retorno, ao nível da produção, desta alteração da legislação? Espera que se produza mais vinho?

MNC – Vamos lá ver: o Douro é uma região muito particular. Diferente. Não é apenas a História. Temos uma denominação de origem (DO) que está condicionada na produção através do benefício, que está condicionada na comercialização através da Lei do Terço [impõe que as vendas se limitem a um terço do stock em armazém] e por aí adiante. Há muitas particularidades e a produção da RDD tem de dar resposta a duas exigências: uma, ao benefício, que fixa, antes da vindima (até 31 de julho), a quantidade de mosto que pode ser transformado em cada ano em vinho do Porto. A segunda é, para os vinhos com DO, dar resposta à procura e à necessidade de envelhecimento. Depois, tudo o resto é vinho ou com IG [indicação geográfica] ou vinho sem DO e sem IG.

Portanto, neste momento a preocupação não é produzir mais. É sermos dinâmicos, é aumentar permanentemente a qualidade, é estimular novos mercados. A questão da rega coloca-se sobretudo nas condições económicas da produção, para manter a qualidade das vinhas. Porque não é a rega que nos traz mais qualidade do vinho.

VE – Então é para aumentar a quantidade?

MNC – Não. Melhorar as condições económicas não quer dizer necessariamente aumentar a quantidade. É fazer, por exemplo, com que a vinha não seque, criando condições para a sobrevivência da espécie, das castas, das vinhas. É evidente que estas podem aumentar a quantidade – a própria reconversão das vinhas aumenta a quantidade e a qualidade -, mas eu não me coloco aí. A nossa grande preocupação é a preservação do património vitivinícola da RDD, melhorando as condições económicas de todos os intervenientes na cadeia de produção, para que quem está no terreno, em particular viticultores e empresas, tenha as condições para se manter e melhorar.



“Estamos a trabalhar com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [UTAD] a possibilidade de abordagens inteligentes a alguns mercados”, revela Manuel Cabral.

uma preocupação. Agora, em termos legais, a rega está proibida no Douro [nº 6 do artº 10º do decreto-lei 173/2009]. É a lei que o diz. Só pode ser utilizada desde que autorizada pela entidade reguladora, neste caso o IVDP. No entanto, é algo que já tem sido abordado e que, ainda neste semestre, será debatido no Conselho Interprofissional [órgão de representação paritária da produção e comércio ao qual compete a gestão das denominações de origem e indicação geográfica da RDD] uma alteração a esta proibição. Neste momento, vigora o princípio da proibição.

VE – E qual é a alteração que se avizinha?

MNC - O que estamos a equacionar e que irá a uma das próximas reuniões do Conselho Interprofissional é exatamente uma proposta de alteração do princípio,

gião – produção, comércio e IVDP. Depois, no caso de serem alterações legislativas, são decisões do Governo.

VE – Mas a mudança de paradigma deveu-se a quê?

MNC – Quando se plantam vinhas, as plantas precisam de ser alimentadas com água. É o que me dizem os especialistas. Os sistemas de rega são aplicados na fase da plantação e durante o crescimento da planta, nos primeiros anos de vida. Depois, quando a vinha começa a produzir, aí é que vigora o princípio da proibição.

VE – Mas a mudança deveu-se a quê? Houve certamente muita pressão das empresas produtoras.

MNC – Não, não é preciso pressão da parte das empresas produtoras quando nós trabalhamos em conjunto. E estamos

A Região Demarcada do Douro (RDD)

ÁREA DE VINHA NA RDD (hectares)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Apta à produção de vinho c/ D.O.	38.364	38.931	38.940	39.254	39.357	39.566	39.627	39.765
- Da qual apta à produção de Porto	31.167	31.423	31.535	31.699	31.716	31.934	32.117	32.348
- Não apta à produção de vinho c/ D.O.	5.017	4.211	4.259	2.855	2.654	2.441	2.452	2.512
- Em reestruturação	2.172	2.073	2.004	1.896	1.807	1.652	1.401	1.180
TOTAL	45.553	45.215	45.203	44.005	43.818	43.659	43.480	43.457

FONTE: IVDP

Alterações climáticas e queda dos preços comprometem rentabilidade da fileira do azeite

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A produção de azeite em Portugal atingiu 125 mil toneladas em 2017, mais cerca de 80% em relação a 2016, e as exportações registaram, no mesmo ano, 496 milhões de euros. A nível mundial, de acordo com os dados do Conselho Oleícola Internacional (COI), a produção na campanha 2017/2018 atingiu 2.894.000 toneladas, mais 14% face à anterior, com os países membros do COI a alcançarem uma produção total de 2.717.000 toneladas. O consumo de azeite aumentou 3% face à campanha passada.

Os números parecem animadores, mas nem tudo são rosas. É preciso lembrar que a campanha de 2017/2018 foi "bastante atípica e sofreu bastantes sobressaltos", como realça Francisco Ataíde Pavão, da Casa de Santo Amaro, em Mirandela, e dirigente da AP-PITAD - Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O produtor explica à "Vida Económica" que a campanha anterior (2016/2017) "tinha sido efetivamente muito baixa" (menos cerca de 40%), pelo que, "após um ano de contra-safra, esperava-se que 2017 fosse um ano de safra, tendo as oliveiras respondido "de uma forma bastante positiva", através de uma "floração abundante e alta taxa de vingamento". Além disso, devido à entrada de novos olivais em produção e à instalação de regadio em áreas até então de sequeiro, tudo levava a crer que tivéssemos "um ano de grande produção de azeite".

Porém, "este cenário foi totalmente revertido quando se começaram a sentir os primeiros sintomas da seca extrema que o país atravessou a partir do final da primavera e que já se vinha fazendo sentir em anos anteriores", nota Francisco Pavão.

Uma situação que já "impedia que, mesmo os olivicultores que tinham olivais de regadio, tivessem reservas de água para praticar dotações de rega suficientes", o que fazia adivinhar "um cenário de catástrofe" na produção de azeite, sobretudo nas regiões onde o olival de sequeiro impera.

Ora, com as chuvas do início de outubro, "as oliveiras responderam de imediato de um forma extraordinária e a produção que estava com 'stress' hídrico extremo e praticamente perdida passou de repente a um estado normal". Francisco Pavão diz que se "deu até o facto de as questões climáticas, sobretudo as relacionadas com o longo período de seca,

potenciarem a quase não existência de problemas fitossanitários", assim como a "antecipação da colheita e um aumento do rendimento médio" na extração de azeite.

Obrigatório refletir sobre as alterações climáticas

Por isso, quando analisa os dados do INE, este produtor não tem dúvidas:



Francisco Ataíde Pavão.

"o rendimento médio de azeite foi de cerca de 20% nesta campanha (cinco quilos de azeitona para um quilo de azeite)", ou seja, "um valor muito acima dos 14,6% da campanha anterior e dos 15,5% da campanha de 2015/16".



E Trás-os-Montes não fugiu ao panorama do resto do país. Contudo, nesta região, como cerca de 90% do olival é de sequeiro, portanto, menos resistente às alterações climáticas, nomeadamente à seca extrema, o ano foi "médio em termos de produção de azeitona", tendo-se registado "um au-

mento do rendimento médio de extração", levando a um "aumento da produção de azeite comparativamente a anos anteriores".

Pese embora este saldo final positivo para o setor do azeite em Portugal no último ano, os meses de "extrema dificuldade" que atravessámos "obrigam-nos a refletir sobre o setor". Francisco Pavão lembra que, na região de Trás-os-Montes, impera o olival tradicional de sequeiro. Mesmo grande parte das plantações instaladas nos últimos anos fizeram-se "sem a instalação do regadio, não por vontade dos olivicultores, mas pela inexistência de estruturas de armazenamento de água que permitam a sua utilização nas culturas".

Ora, por tudo isso, "urge repensar políticas a nível regional de potenciação da atividade agrícola", "com forte e consistente investimento público", como forma de "minimização dos impactos negativos das alterações climáticas".

Para Francisco Pavão, é "fundamental "a criação de "bolsas" de armazenamento de água para posterior utilização de uma forma racional e ambientalmente sustentável pelos agricultores". Só assim se conseguirá garantir a "sobrevivência da agricultura transmontana e, em particular, da fileira oleícola".

"Grande instabilidade do mercado e forte redução dos preços"

É certo que "Portugal é hoje um país cada vez mais reconhecido internacionalmente pela excelente qualidade dos azeites que produz de norte a sul — e os azeites produzidos na campanha 2017/18 não fogem à regra", frisa Francisco Pavão. Mas certo é também que "estamos perante um enorme problema no setor, motivado por uma grande instabilidade do mercado, com uma forte redução dos preços comparativamente a anos anteriores".

O produtor transmontano adverte que a Comissão Europeia acaba de divulgar "dados preocupantes", que revelam "um decréscimo de quase 18% do valor do azeite em Espanha e de cerca de 34% em Itália, ainda que neste país os preços sejam cerca de 23% superiores aos de Espanha". E, em Portugal, diz Pavão, sobretudo quanto ao olival tradicional, "estas oscilações de preços são bastante preocupantes", pois com custos de produção "bastante elevados" e com "produções inferiores" torna-se "muito difícil manter/garantir a sustentabilidade sócio-económica desta cultura".

"Urge, assim, encontrar formas de promoção" e, "particularmente, o das Denominações de Origem Protegida [DOP], abrindo novos mercados e explorando a excelência e diversidade do azeite português".

João Rui Ferreira reeleito na APCOR

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



João Rui Ferreira.

João Rui Ferreira foi reeleito, a meados de março, para um terceiro mandato de três anos à frente da Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR).

"Suportar o sucesso alcançado nos últimos anos e responder à preferência de milhões de consumidores em todo o mundo, bem como a todas as oportunidades que se têm aberto para a cortiça nos mais diversos setores, é o grande desafio, e desafio de enorme responsabilidade, que se coloca a esta Direção para o próximo triénio", referiu o empresário na cerimónia de posse.

Representando a empresa Waldemar Fernandes da Silva, João Rui Ferreira garante que "a motivação é grande". E assegura que vai "dar continuidade às ações de valorização da imagem da cortiça a nível mundial, bem como apoiar a modernização e capacitação das empresas para dar resposta nas mais diversas áreas de atuação". Na fileira florestal, diz que dará "uma atenção redobrada a todos os esforços que privilegiem o desenvolvimento do montado de sobro, alargando a exploração a outras zonas do país".

O setor da cortiça vive hoje um período de expansão e de reconhecimento internacional, com aumentos médios anuais das exportações na ordem dos 4,5%. O saldo da balança comercial do setor é de 757 milhões de euros e França é o principal mercado das rolhas de cortiça (162 milhões). Só as exportações de materiais de construção e decoração em cortiça para a Alemanha, o principal mercado, representam 50 milhões de euros.

Recorde-se que 34% da área mundial do montado de sobro está localizada em Portugal e 49% da produção mundial de cortiça é portuguesa. 84% dos sobreiros estão localizados no Alentejo. O montado representa 23% da floresta nacional e a sua área de plantação cresceu 3% nos últimos 10 anos.

A APCOR está no mercado há 60 anos e é a única associação patronal do setor em Portugal. Sediada em Santa Maria da Feira, representa 278 empresas, responsáveis por 80% do volume total de negócios do setor e 85% das exportações portuguesas de cortiça.